



“ANTES O MUNDO NÃO EXISTIA” E O QUE RESISTE, ANÁLISE SOBRE A RESISTÊNCIA NEGRA E INDÍGENA NO CEARÁ.

Anderson Gois Carvalho¹
Roberto Kennedy Gomes Franco²

RESUMO

Este resumo expandido pretende fazer uma análise criticamente acerca da narrativa eurocêntrica sobre a formação cultural do Brasil colonial, buscando dar visibilidade às resistências dos povos indígenas e negros, com foco no estado do Ceará. A partir de uma metodologia qualitativa, que combina revisão bibliográfica com pesquisa de campo na cidade de Redenção, o estudo explora as contradições do pioneirismo cearense na abolição da escravatura. A análise de documentos históricos, monumentos como o da "Negra Nua" e espaços de memória como o Museu Senzala Negro Liberto, revela a perpetuação de uma visão que subalterniza e silencia o protagonismo das populações negras e indígenas em suas próprias lutas por liberdade. O trabalho conclui que a memória histórica, materializada no espaço público, reforça o apagamento epistêmico e a violência simbólica iniciada no período colonial, destacando a importância de disputar essas narrativas históricas para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

Palavras-chave: Apagamento Histórico; Resistência Negra e Indígena; Memória; Ceará.

UNILAB, Mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades (POSIH), Discente,
andersoncarvalhounilab@gmail.com¹
UNILAB, Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Docente,
robertokennedy@unilab.edu.br²



INTRODUÇÃO

A narrativa oficial sobre a formação do Brasil é tradicionalmente moldada por uma perspectiva eurocêntrica, que perpetua a ideia de um "descobrimento" e, por extensão, valida a conquista colonial. No entanto, essa visão simplista ignora a complexa realidade de que o território já era vastamente habitado por diversos grupos sociais originários muito antes da chegada dos colonizadores. Conforme apontado por Niède Guidon (1992, p. 52), o Brasil foi "colonizado desde épocas bastante remotas", com uma população densa há pelo menos 8 mil anos na região Nordeste. Ailton Krenak (1992, p. 201) corrobora essa perspectiva, destacando que "Nossas famílias grandes já estavam aqui".

A terra que hoje chamamos Brasil, portanto, possuía seus próprios povos, tradições e culturas, coexistindo em liberdade e sem as divisões políticas impostas posteriormente. A violência da colonização se manifestou não apenas no genocídio físico, mas também no apagamento epistêmico e de pertencimento dos povos indígenas, legitimado por ações como o decreto de expropriação de terras de 1863. Esse ato buscou deslegitimar a posse ancestral para facilitar a apropriação territorial, conforme evidencia a visão de que "Já não existem aqui índios aldeados ou bravios" (SILVA, 2025, p. 2). Contudo, essa tentativa de aniquilação não teve sucesso. Os povos indígenas resistiram e continuam a fazê-lo, vivendo em suas aldeias e lutando pela demarcação de suas terras, essenciais para sua sobrevivência e a manutenção de sua ancestralidade e conexão com a natureza. Paralelamente à luta indígena, este estudo abordará as resistências do povo negro, brutalmente arrancado do continente africano e escravizado no Brasil. O Ceará, apesar de seu pioneirismo na abolição da escravatura. Com a atuação da Sociedade Libertadora Cearense, as greves dos jangadeiros e figuras como Preta Simoa Chico da Matilde (Dragão do Mar), apresenta contradições e um profundo apagamento histórico, social e cultural das contribuições negras e indígenas.

A análise das representações simbólicas em cidades como Redenção, conhecida por sua alforria precoce, revela a manutenção de narrativas eurocêntricas. Monumentos como o da "Negra Nua" (SANTOS GOMES, 2021, p. 191), que retrata a mulher negra ajoelhada em agradecimento, e a visão eurocêntrica do Museu Senzala Negro Liberto, conforme observado em aula de campo e refletido por Carvalho (2025), demonstram a persistência de uma história que heroifica o colonizador e subalterniza o protagonismo de negros e indígenas em suas próprias lutas por liberdade e reconhecimento. Diante desse contexto, o presente trabalho busca explorar as narrativas de resistência e as contradições históricas que moldaram a formação do Brasil e, especificamente, do Ceará.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo foi construída a partir de uma abordagem qualitativa, buscando desconstruir narrativas históricas eurocêntricas e dar visibilidade às resistências dos povos indígenas e negros no Brasil, com foco específico no estado do Ceará. A coleta de dados combinou revisão bibliográfica com análise de campo, permitindo uma compreensão interdisciplinar sobre o tema.

Inicialmente, realizou-se uma revisão da literatura com os textos trabalhados em sala de aula e sobre a formação histórica do Brasil, com atenção especial às obras que questionam a premissa do "descobrimento" e abordam a ocupação ancestral do território. Foram consultados autores como Niède Guidon (1992) e Ailton Krenak (1992), cujas contribuições foram fundamentais para contextualizar a presença indígena pré-colonial e refutar a ideia de um "vazio" a ser preenchido pelos colonizadores. A análise se estendeu a documentos históricos, como o decreto de expropriação de terras indígenas de 1863, citado por Silva (2025), para



compreender as bases legais do genocídio e do apagamento epistêmico.

Paralelamente, a revisão bibliográfica explorou a história da abolição da escravidão no Ceará, buscando entender o suposto pioneirismo do estado e as contradições que o permeiam, foram analisadas os textos de Santos Gomes (2021) sobre as representações simbólicas da população negra em Redenção foi crucial para identificar como a memória da abolição é construída e perpetuada no espaço público e para captar a complexidade das resistências negras.

A etapa de pesquisa de campo consistiu em uma aula de campo na cidade de Redenção, Ceará. Durante essa visita, foram realizadas observações diretas em espaços-chave, incluindo o Museu Senzala Negro Liberto e monumentos públicos como o da "Negra Nua". O objetivo foi analisar in loco as narrativas visuais e museológicas, verificando como as figuras negras são representadas e qual perspectiva histórica é privilegiada. Essa análise permitiu confrontar as informações obtidas na literatura com as materializações simbólicas presentes no espaço cultural e urbano, identificando as disparidades entre a história oficial e as experiências silenciadas de resistência e luta, conforme evidenciado pela reflexão de Carvalho (2025) sobre o Monumento da "Negra Nua". A combinação desses métodos possibilitou uma análise crítica e aprofundada das narrativas hegemônicas, revelando o apagamento histórico, social e cultural das figuras negras e indígenas, e valorizando suas contínuas lutas por reconhecimento e direito à memória.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A narrativa histórica sobre a formação do Brasil é tradicionalmente contada sob a ótica do “descobrimento”, a partir de uma perspectiva eurocêntrica que valida a conquista colonial. Contudo, essa perspectiva levanta uma questão: como é possível “descobrir” um lugar que já era habitado? Segundo a autora: GUIDON, Niède. (1992.p.52) “O Brasil foi, portanto, colonizado desde épocas bastante remotas. Todo o país já estava ocupado desde há 12 mil anos. A população era densa, pelo menos na região Nordeste, a partir de 8 mil anos.” Há milhares de anos, as terras que hoje compõem o território brasileiro eram ocupadas por uma vasta diversidade de grupos e etnias originárias, que viviam por todo o território, livres de fronteiras e divisões políticas. Nas palavras do pensador Ailton Krenak, “Nossas famílias grandes já estavam aqui, são essa gente que hoje é reconhecida como tribos” (KRENAK, 1992, p. 201). Portanto, podemos entender que, mesmo antes da chegada dos colonizadores, esta terra já tinha seus povos, suas tradições e sua cultura.

A natureza política do genocídios dos povos indígenas foi além, para que pudesse existir o apagamento epistêmico e de pertencimento, foi publicado um decreto no ano de 1863 de expropriação das terras no Brasil. Sim era terra indígena, para que assim pudessem de vez, se apropriar do território. Como podemos ver a seguir:

Já não existem aqui índios aldeados ou bravios. Das antigas tribos de Tabajaras, Cariris e Pitaguaris, que habitavam a província, uma parte foi destruída, outra emigrou e o resto constituiu os aldeamentos da Ibiapaba, que os jesuítas no princípio do século passado



formaram em Vila Viçosa, S. Pedro de Ibiapina, e S. Benedito com os índios chamados Camussis, Anacaz, Ararius e Acaracú, todos da grande família Tabajara (SILVA, 2025, p. 2).

No entanto, os povos indígenas continuaram a existir e a resistir a toda violência e genocídio perpetrados contra suas vidas. Eles passaram a resistir nas aldeias em diversas cidades do Ceará, das serras, sertões e litoral. É neles que ainda hoje se encontra maior número de descendentes das antigas raças; mas acham-se hoje misturados na massa geral da população, composta na máxima parte de forasteiros, que excedendo-os em número, riqueza e indústria, tem havido por usurpação ou compra as terras pertencentes aos aborígenes. (SILVA, 2025, p. 3).

Muitos indígenas não tinham o direito à terra demarcada vivendo a exclusão de está em seu território sagrado e ancestral. Esse é primordial para a sobrevivência dos povos indígenas. Afinal, é da terra que se come, dos rios, que matam sua sede, pescam, tudo que se pode usufruir de forma sustentável. Cultuam sua ancestralidade e protegem a natureza, a terra mãe. A resistência indígena em defesa de seu território, iniciada com a invasão, estende-se até hoje.

A mesma sorte que as da Ibiapaba tiveram as aldeias da capital, compreendidas as da antiga vila de Aquiraz (onde existiu o hospício dos jesuítas, fundado no princípio do século passado), Mecejana (missão de Paupina), Arronches (missão de Parangaba), Soure (missão de Caucaia), e Monte-mór Velho (missão dos Paijácús). (SILVA, 2025, p. 3).

Este estudo abordará não apenas a luta indígena, mas também as resistências do povo negro, arrancado à força do continente africano para ser escravizado no Brasil. Faremos um recorte específico para o estado do Ceará, que se destacou na abolição da escravatura com a criação da Sociedade Libertadora Cearense, as greves dos jangadeiros e a atuação de importantes figuras como Preta Simoa e Chico da Matilde (Dragão do Mar). Serão analisadas as contradições desse pioneirismo e o profundo apagamento histórico, social e cultural das figuras negras e indígenas no estado.

No início da década de 1880 surgiram agremiações de abolicionistas na província. Em 1882, José do Patrocínio participou de atos e encontros pelo fim da escravidão no Brasil. Em 1883, foi criada a Confederação Abolicionista com a finalidade de coordenar campanhas e ações em todas as províncias do Império. A Sociedade Abolicionista Cearense integrou o agrupamento de entidades associativas que esteve na origem desta Confederação. (VEIGA, 2024.)

A cidade de Redenção, por exemplo, é conhecida por ser pioneira na libertação dos escravizados, com a alforria de mais de 100 cativos em 1883, na então Vila de Acarape – que, em 1889, seria renomeada Redenção – e a presença de José do Patrocínio. Contudo, as representações simbólicas presentes na cidade revelam uma perspectiva distinta. Segundo Santos Gomes: "No que tange às representações simbólicas, na cidade de Redenção existem dois monumentos relacionados diretamente às populações negras: um denominado 'Negro Liberto' e outro, 'Negra Nua'" (SANTOS GOMES, 2021.p. 191). Essas representações mostram o negro subalternizado ao colonizador, sempre voltado como forma de agradecimento. Pelo relato



da aula de campo realizada ao final das aulas do Prof. Dr. Roberto Kennedy, surgiu a seguinte reflexão: O Monumento da "Negra Nua", na entrada da cidade de Redenção, escancara esse movimento de "salvação", que na realidade é uma marca de todas as violências sofridas por mulheres e homens nesse período marcante da nossa história. A imagem de uma mulher negra ajoelhada, agradecendo ao seu senhor pela sua libertação e pela quebra das correntes, ignora que essa liberdade não foi conquistada de uma vez só, mas sim por um movimento de luta e resistência que se organizava há muito tempo (CARVALHO, 2025).

Esse Monumento fica em frente à entrada da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Já o Museu Senzala Negro Liberto, no qual pudemos fazer uma imersão, mesmo que breve, é um exemplo vivo dessa história contada a partir de uma visão eurocêntrica, narrada pelos donos da fazenda de cachaça Douradinha. Pudemos constatar que a história do colonizador é a que sempre é vista como a de um herói, e a do negro historicamente escravizado como uma figura passiva, como se não tivesse havido resistências e revoltas.

CONCLUSÕES

Este trabalho se propôs a desconstruir a narrativa histórica hegemônica e eurocêntrica sobre a formação do Brasil, com foco nas resistências dos povos indígenas e negros no Ceará. Ao revisitar os objetivos propostos, conclui-se que a ideia de "descobrimento" é um artifício colonial que apaga milênios de ocupação indígena, conforme sustentado por Guidon (1992) e Krenak (1992). A pesquisa demonstrou que a violência colonial não se limitou ao genocídio físico, mas se consolidou por meio de um projeto de apagamento epistêmico e territorial, como evidenciado pelo decreto de expropriação de terras de 1863.

A análise do Ceará revela uma profunda contradição. Embora o estado seja celebrado como pioneiro na abolição, a investigação em Redenção, através da análise de campo e da literatura, expôs como a memória pública perpetua uma visão subalterna dos sujeitos históricos. Monumentos como o da "Negra Nua" e a narrativa museológica do Museu Senzala Negro Liberto, em vez de celebrarem a luta de negros e indígenas, reforçam a imagem do colonizador como herói e salvador, silenciando o protagonismo de figuras como Preta Simoa, Dragão do Mar e as contínuas resistências indígenas.

A principal contribuição deste estudo reside na articulação entre a análise documental, bibliográfica e a observação de campo para demonstrar como o apagamento histórico se materializa no espaço simbólico e urbano. Ao confrontar a história oficial com as representações presentes em Redenção, a pesquisa evidencia que a luta pela liberdade continua na disputa pela memória e pelo reconhecimento.

Como limitação, o estudo se concentra em um recorte específico (a cidade de Redenção), não esgotando a complexidade do tema no estado do Ceará. Sugere-se, para futuras investigações, a ampliação da análise para outras localidades cearenses com histórico semelhante, bem como a realização de pesquisas baseadas em fontes orais, que possam dar voz diretamente aos descendentes dos povos que tiveram suas histórias silenciadas, aprofundando a valorização de suas narrativas e lutas por direito e memória.

AGRADECIMENTOS

A FUNCAP pelo apoio.



REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- ARRAES, Jarid. Preta Simoa e a Abolição no Ceará: uma história de esquecimento. Geledés, 25 mar. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/preta-simoes-e-abolicao-ceara-uma-historia-de-esquecimento-por-jarid-arraes/>. Acesso em: 17/07/2025.
- CAXILE, Carlos Rafael Vieira; GUEDES, Mardônio e Silva. Sociedade Libertadora Cearense: a palavra em ação - O Jornal O Libertador enquanto instrumento de doutrinação moral e social. In: XAVIER, Antônio Roberto; FERREIRA, Tereza Maria da Silva; MATOS, Camila Saraiva de (Orgs.) Pesquisas educacionais: abordagens teórico metodológicas. Fortaleza: EdUECE, 2018. p.77-97. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/38344>. acesso em 17/07/2025.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GUIDON, Niéde. As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992, p.52.
- SANTOS Gomes, A. dos. (2021). Escravidão e Pós-Abolição no Ceará: memórias e trajetórias das populações libertas na cidade de Redenção. Revista Crítica Histórica, 12(23), 189-221. <https://doi.org/10.28998/rchv12n23.2021.0009>
- SILVA, Isabelle B. P. Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino. Campinas: Tese de Doutorado, UNICAMP. 2003. O Relatório Provincial de 1863. XXV Simpósio Nacional de História, Simpósio Temático 36: Os Índios na História, 2009. Trabalho Apresentado no XXV Simpósio Nacional de História, Simpósio Temático 36: Os Índios na História, 13-17 de julho de 2009 O Relatório Provincial de 1863: um documento, muitas leituras Isabelle Braz Peixoto da Silva Profª. de antropologia da UFC <https://www.ifch.unicamp.br/ihb/Trabalhos/ST36Isabelle.pdf>
- VEIGA, Edison. Como o Ceará se tornou o primeiro lugar do Brasil a abolir a escravidão, quatro anos antes da Lei Áurea - Disponível em - <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cjkd8dg7n1ro#:~:text=Jangadeiros,a%20h%C3%A1bil%20solu%C3%A7%C3%A3o%20do%20pol%C3%ADtico>.
- FERREIRA, Hilário. Artigo | 140 anos do Movimento dos Jangadeiros em Fortaleza. Brasil de Fato, Fortaleza, 8 set. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/08/artigo-140-anos-do-movimento-dos-jangadeiros-em-fortaleza/>. Acesso em: 22/07/ 2025.
- KRENAK, Ailton. Antes, o mundo não existia. In: NOVAES, Adauto (org.). Tempo e história. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 201-204.